



MUNICÍPIO DA COVILHÃ

Procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal para a Divisão de Contratação Pública e do Inventário Municipal.

ATA NÚMERO TRÊS

Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro

Ao dia 29 do mês janeiro de 2025, pelas 11:00 horas, reuniu, no edifício dos Paços do Município, o Júri nomeado pelo despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de 25 de outubro de 2024, para o procedimento concursal comum tendo em vista o preenchimento do posto de trabalho, a seguir indicado, para a carreira geral de Técnico Superior do mapa de pessoal do Município da Covilhã, **estando presentes:** -----

Nome	Unidade Orgânica
Presidente: Júlio Manuel de Sousa Costa	Diretor de Departamento de Finanças e Modernização Administrativa
1.º Vogal efetivo: Luís Filipe de Ascensão Rodrigues	Técnico Superior
2.º Vogal efetivo: João José Riço Nunes	Coordenador da Divisão de Informática e Modernização Administrativa

Descrição do procedimento concursal comum: -----

**Divisão de Informática e Modernização Administrativa - OE 202411/0850
Técnico Superior – Economia ou Gestão ou Contabilidade (1 posto de trabalho)**

Realizada a audiência dos interessados, de acordo com o n.º 4 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, conjugado com o n.º 121 do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, o Júri verificou que os candidatos **Cátia Marisa Mendes Chamiça, David Ramos dos Santos, Francisca Caetano Ribeiro, Gonçalo Fernando Dias Galante, Liliana Antunes Alves e Mónica Freitas do Nascimento**, com proposta de exclusão no

procedimento, não se manifestaram, pelo que o Júri decidiu manter a sua exclusão no procedimento. -----

Os candidatos **Guilherme António Mingote Delgado e Iolanda Alves Ribeiro** apresentaram o certificado de habilitações que comprova a titularidade do grau de licenciado em Gestão e Economia, respetivamente. Após análise dos documentos apresentados, o Júri considerou que as candidatas comprovaram reunir os requisitos habilitacionais exigidos para admissão ao procedimento, com efeitos reportados à data da submissão das respetivas candidaturas, pelo que deliberou pela sua admissão. -----

Os candidatos **Rangel Santos Lopes e Virgílio Brum de Oliveira**, que instruíram a sua candidatura com a Certidão de Registo de Reconhecimento que lhes confere os direitos inerentes ao grau académico português de Licenciado voltam, agora, a enviar ao Júri o mesmo documento, acompanhado de todos os certificados académicos obtidos no estrangeiro. O Júri esclarece que o ponto 7.2 do Aviso integral, elaborado em conformidade com a alínea i) do n.º 3 do art.º 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, que obriga à definição do nível habilitacional exigido aos candidatos e área de formação académica ou profissional, por referência à Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF), define a Licenciatura na área de Economia, Gestão ou Contabilidade (CNAEF 314, 345 ou 344, respetivamente) como requisito obrigatório para a admissão ao procedimento. Uma vez que os candidatos não comprovam o reconhecimento das suas licenciaturas em qualquer das áreas de formação definidas para o presente procedimento concursal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e, considerando igualmente que este Júri não tem competências para reconhecer a equivalência de diplomas de ensino superior estrangeiros a diplomas de ensino português, deliberou o Júri pela manutenção da exclusão dos candidatos. -----

A candidata **Mataia Tana Paxi** apresentou um certificado de habilitações obtido no estrangeiro sem juntar a respetiva Certidão de Registo de Reconhecimento do grau e área académica por uma Universidade Pública ou Instituto Politécnico público português, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto. Considerando que este Júri não tem competências para reconhecer a equivalência de diplomas de ensino superior estrangeiros a diplomas de ensino português, deliberou o Júri pela manutenção da exclusão da candidata. -----



O candidato **Vinícius Barbosa Albernaz**, que instruiu a sua candidatura com a Certidão de Registo de Reconhecimento que lhe confere os direitos inerentes ao grau académico português de Licenciado vem alegar que “se no Brasil possuo o Grau Bacharel em Administração, em Portugal possuo o grau de Licenciado em Administração reconhecido pela Certidão de Registo de Reconhecimento”, voltando a juntar, para o efeito, a mesma declaração. O Júri esclarece que o ponto 7.2 do Aviso integral, elaborado em conformidade com a alínea i) do n.º 3 do art.º 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, que obriga à definição do nível habilitacional exigido aos candidatos e área de formação académica ou profissional, por referência à Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF), define a Licenciatura na área de Economia, Gestão ou Contabilidade (CNAEF 314, 345 ou 344, respetivamente) como requisito obrigatório para a admissão ao procedimento. Uma vez que o candidato não comprova o reconhecimento da sua licenciatura em qualquer das áreas de formação definidas para o presente procedimento concursal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e, considerando que este Júri não tem competências para reconhecer a equivalência de diplomas de ensino superior estrangeiros a diplomas de ensino português, deliberou o Júri pela manutenção da exclusão do candidato. -----

Em conformidade com as deliberações tomadas, o Júri elaborou as Listas definitivas de candidatos admitidos e excluídos ao concurso, conforme os documentos n.º 1 e 2, os quais fazem parte integrante da presente ata. -----

De seguida, o Júri do procedimento, ao analisar os documentos que compõem as candidaturas admitidas, constatou que a situação funcional de todos os candidatos admitidos se enquadra no n.º 1 do art.º 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), pelo que, conforme a alínea b) do ponto 11.1 do Aviso integral, deliberou convocá-los a prestar o 1.º método de seleção obrigatório - Prova de Conhecimentos, marcada para o dia 10 de fevereiro de 2025, às 14h30 no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, 6200-375 Covilhã, elaborando para o efeito o documento 3, o qual faz parte integrante da presente ata. -----



Nada mais havendo a tratar nem para constar, deu o Júri por encerrada a reunião às 12:00 horas, da qual elaborou a presente ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes. -----

Presidente: Julio Manuel de Lima Costa

1.º Vogal efetivo: Justilino de Almeida

2.º Vogal efetivo: João José Rêgo



MUNICÍPIO DA COVILHÃ

Procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal para o Serviço de Modernização Administrativa e Qualidade.

Lista de candidatos excluídos ao procedimento concursal

Divisão de Informática e Modernização Administrativa - OE 202411/0850 Técnico Superior – Economia ou Gestão ou Contabilidade (1 posto de trabalho)

Nome	
Cátia Marisa Mendes Chamiça	a)
David Ramos dos Santos	a)
Francisca Caetano Ribeiro	a)
Gonçalo Fernando Dias Galante	a)
Liliana Antunes Alves	a)
Mataia Tana Paxi	b)
Mónica Freitas do Nascimento	a)
Rangel Santos Lopes	b)
Vinícius Barbosa Albernaz	b)
Virgílio Brum de Oliveira	b)

- a) Excluído(a) por não possuir licenciatura na área de economia ou gestão ou contabilidade (314 ou 345 ou 344), de acordo com o estipulado na Portaria n.º 256/2005, de 16 de março e como exigido no ponto 7.2 do Aviso integral.
- b) Excluído(a) por não apresentar certificado de habilitações com o grau de licenciatura, conforme exigido no ponto 7.2 do Aviso integral.



MUNICÍPIO DA COVILHÃ

Procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal para o Serviço de Modernização Administrativa e Qualidade

Lista de candidatos admitidos ao procedimento concursal

Divisão de Informática e Modernização Administrativa - OE 202411/0850 Técnico Superior – Economia ou Gestão ou Contabilidade (1 posto de trabalho)

Nome
Ana Cristina Marques Albuquerque
Ana Isabel Mata Lopes
Ana Paula Santos Biscaia
Ana Vitória Teixeira de Almeida
André Filipe Leão Labocha
António Maria da Trindade Nogueira
Bruna Alexandra Ramos Simão
Carina da Silva Ferreira
Carolina Carrola da Costa
Catarina Soares Mateus
Catarina Sofia Reis Figueiredo
Cátia Pereira Neves
Cláudia Rafaela Santos Barata
Débora Capelas de Sousa
Guilherme António Mingote Delgado
Guilherme Fonseca Pinto
Guilherme Sousa Nunes
Henrique Jorge Silveira Pereira
Iolanda Alves Ribeiro
Irene Paula Lourenço Antunes Marques
Isabel Maria Serra Ramalho
Joana dos Santos Batista
João José Alves Marques
João Rafael Marques Tomé
Jorge Frazão
Margarida Campos Carrilho
Margarida Tomaz

Miguel Amaral de Brito
Miguel Tavares
Nuno Miguel Simões
Oleksandra Zasinets
Paula Marisa Dias Carrola
Pedro Bruno Andrade Taveira Correia
Pedro Nuno Neto de Oliveira
Ricardo Manuel Neves Viegas
Rúben Pires da Costa
Rui Pedro Rodrigues Fino
Sara Catarina Oliveira Martins
Susana Margarida Amaro Afonso
Telma Filipa Morgada Mendes





MUNICÍPIO DA COVILHÃ

Procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal para o Serviço de Modernização Administrativa e Qualidade

Divisão de Informática e Modernização Administrativa - OE 202411/0850 Técnico Superior – Economia ou Gestão ou Contabilidade (1 posto de trabalho)

Lista de candidatos abrangidos pelo n.º 1 do art.º 36.º da LTFP e assinalado no ponto 11.1 alínea b) do aviso integral, ordenados por ordem alfabética

Prova de Conhecimentos

10 de fevereiro de 2025 às 14h30

Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, 6200-375 Covilhã

Nome
Ana Cristina Marques Albuquerque
Ana Isabel Mata Lopes
Ana Paula Santos Biscaia
Ana Vitória Teixeira de Almeida
André Filipe Leão Labocha
António Maria da Trindade Nogueira
Bruna Alexandra Ramos Simão
Carina da Silva Ferreira
Carolina Carrola da Costa
Catarina Soares Mateus
Catarina Sofia Reis Figueiredo
Cátia Pereira Neves
Cláudia Rafaela Santos Barata
Débora Capelas de Sousa
Guilherme António Mingote Delgado
Guilherme Fonseca Pinto
Guilherme Sousa Nunes
Henrique Jorge Silveira Pereira
Iolanda Alves Ribeiro

Irene Paula Lourenço Antunes Marques
Isabel Maria Serra Ramalho
Joana dos Santos Batista
João José Alves Marques
João Rafael Marques Tomé
Jorge Frazão
Margarida Campos Carrilho
Margarida Tomaz
Miguel Amaral de Brito
Miguel Tavares
Nuno Miguel Simões
Oleksandra Zasinets
Paula Marisa Dias Carrola
Pedro Bruno Andrade Taveira Correia
Pedro Nuno Neto de Oliveira
Ricardo Manuel Neves Viegas
Rúben Pires da Costa
Rui Pedro Rodrigues Fino
Sara Catarina Oliveira Martins
Susana Margarida Amaro Afonso
Telma Filipa Morgada Mendes

